

ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA: PAISAGENS E MIRAGENS

GABRIEL KRAYCHETE *

Resumo: Neste texto, busca-se entender a economia solidária em sua relação com a economia dos setores populares, tomando por referência as análises de Braudel sobre economia de mercado e capitalismo, de Milton Santos sobre o circuito inferior da economia e de Amartya Sen sobre o comportamento econômico e auto-interesse. Num país como o Brasil, onde um grande contingente de trabalhadores sempre esteve fora do emprego assalariado regular, a expansão consistente dos empreendimentos da economia popular solidária pode somar-se ao processo mais amplo de transformação do trabalho: do estatuto de carência para o estatuto político de produtor e produto da cidadania.

“Tudo aquilo que nós vemos, o que nossa visão alcança, é a paisagem. Esta pode ser definida como o domínio do visível, aquilo que a vista abarca. Não é formada apenas de volumes, mas também de cores, movimentos, odores, sons etc”

“A paisagem não é dada para todo o sempre, é objeto de mudança. É um resultado de adições e subtrações sucessivas. É uma espécie de marca da história do trabalho, das técnicas.”

(Milton Santos, Paisagem e espaço)

1. INTRODUÇÃO

O tema da economia solidária vem despertando o interesse de diferentes instituições e ensejando o surgimento de fóruns, redes, conselhos, conferências, articulações nacionais e internacionais, e um crescente envolvimento de ONGs, instituições de ensino e pesquisa e de órgãos governamentais.

Apresentados como uma alternativa ao desemprego, os empreendimentos econômicos solidários teriam por fundamentos as relações de colaboração, justiça e solidariedade. Em geral, estas características vêm sendo afirmadas como verdades evidentes, sem que se apresentem os argumentos que demonstrem tais certezas.

Por outro lado, alguns analistas críticos da economia capitalista rejeitam o movimento da economia solidária, afirmando que tratar-se-ia de um simples modismo usado para amortecer esperanças impossíveis de serem satisfeitas pela mercado capitalista de trabalho.

Este texto busca problematizar tais afirmações, transformando-as em indagações. A economia solidária é uma alternativa ao desemprego? As relações de solidariedade, cooperação e justiça fundamentam os princípios motivadores e organizadores dos empreendimentos associativos? A economia solidária constitui-se num novo devaneio utilizado para abrandar uma implacável exclusão social?

Quais as principais características dos chamados empreendimentos econômicos solidários, tal como eles existem hoje? A análise destas características permite quais conclusões?

Sem ter a pretensão de responder a todas estas questões, busca-se, neste texto,

confrontá-las com a estrutura do mercado de trabalho no Brasil e com as informações do mapeamento nacional em economia solidária. Tendo este quadro como ponto de partida, busca-se analisar os chamados empreendimentos econômicos solidários em sua relação com uma economia dos setores populares, tomando por referência as análises de Braudel sobre economia de mercado e capitalismo, de Milton Santos sobre o circuito inferior da economia e de Amartya Sen sobre o comportamento econômico e auto-interesse.

2. O TRABALHO NA ENCRUZILHADA

O Brasil nunca conheceu os índices de assalariamento das economias capitalistas centrais nem, tampouco, experimentou a rede de proteção social típica ao *Welfare State*. Aqui, o emprego regular assalariado nunca foi uma perspectiva realista para um grande contingente de trabalhadores e, nos tempos que correm, torna-se uma possibilidade cada vez mais remota. Diferentemente do que ocorreu durante o período desenvolvimentista, a força de trabalho no Brasil está se deslocando do pólo dinâmico e moderno para outras formas de inserção, precarizadas e que trazem menores rendimentos ou, então, simplesmente, para o desemprego aberto.

Em 2004, segundo dados do IBGE-PNAD, o Brasil possuía uma população economicamente ativa (pessoas trabalhando ou procurando trabalho) de 92,8 milhões. Deste total, 84,5 milhões estavam ocupadas. Os trabalhadores com carteira assinada correspondiam a apenas um terço do total da população ocupada. Ou seja, de cada 10 trabalhadores ocupados apenas 3 possuíam um emprego regular assalariado. Os trabalhadores por conta própria somavam mais de 18,5 milhões, correspondendo a 22% da população ocupada. Contrastando com o discurso do empreendedorismo, as informações disponíveis sobre o trabalho por conta própria revelam uma realidade marcada pela precariedade. O rendimento médio proporcionado por este tipo de trabalho é inferior ao do trabalhador assalariado com carteira assinada. Cerca de 21,6% dos trabalhadores por conta própria auferiam uma renda de, no máximo, até meio salário-mínimo e 22,1% entre mais de meio a 1 SM. Em grande parte, o trabalho por conta própria é realizado no próprio domicílio e os clientes são os moradores do próprio bairro, constituindo *um circuito de pessoas pobres interagindo com outras pessoas pobres*. Ao invés de um espaço que viabilize e estimule o desenvolvimento de prósperos empreendedores, o trabalho por conta própria é o lugar onde vai sendo despejada uma parcela crescente da população, num quadro marcado pela escassez do emprego regular assalariado.

Considerando-se como trabalho precário o conjunto formado pelos empregados sem carteira assinada, pelos trabalhadores por conta própria, pelos não remunerados e pelos que produzem para o próprio consumo, tem-se um total de 48 milhões de trabalhadores, correspondendo a 57% da população ocupada. Neste cenário, qual a perspectiva dos 8,2 milhões de desempregados e do contingente de mais de 1 milhão de pessoas que ingressam no mercado de trabalho a cada ano?

No Brasil, até os anos 1970, predominava a visão que explicava a pobreza, sobretudo a pobreza urbana, como algo residual ou transitório a ser superado pelo desenvolvimento da economia capitalista. Desse ponto de vista, não haveria razão para se discutir a situação das pessoas não-integradas ao mercado capitalista de trabalho. Conforme essa visão, o futuro era o capital e todos cresceríamos juntos. Não foi isto o que aconteceu. Três décadas depois, cresceu o número de trabalhadores imersos num “circuito inferior” da economia do qual já nos falava Milton Santos (2004), abrangendo modalidades de

trabalho que tendem a se reproduzir com a própria expansão dos setores modernos. Por sua magnitude e caráter estrutural, o crescimento dessas formas de trabalho já não pode ser explicado como um fenômeno residual, transitório ou conjuntural. Em outras palavras, parece que não se trata de um contingente que, algum dia, será engatado ao processo de crescimento proporcionado pelos investimentos no “circuito superior” da economia, mas da presença de um futuro a ser recriado em escala ampliada.

Num país como o Brasil, é preciso indagar sobre a situação de milhões de pessoas que vivem de ocupações precárias e, sobretudo, do trabalho realizado de forma individual ou familiar. Se é verdade que o emprego assalariado regular é uma possibilidade cada vez mais remota e se o discurso da empregabilidade constitui-se numa miragem, o futuro dessas pessoas, agora, seria a chamada economia solidária?

Para avançar na análise, pode ser útil situar o entendimento dos empreendimentos econômicos solidários em sua relação com uma economia dos setores populares.

3. ECONOMIA DOS SETORES POPULARES

Designo por economia dos setores populares as atividades que possuem uma racionalidade econômica ancorada na geração de recursos (monetários ou não) destinados a prover e repor os meios de vida e na utilização de recursos humanos próprios, agregando, portanto, unidades de trabalho e não de inversão de capital. No âmbito dessa economia dos setores populares convivem tanto as atividades realizadas de forma individual ou familiar como as diferentes modalidades de trabalho associativo, formalizadas ou não. Essa designação, portanto, pretende expressar um conjunto heterogêneo de atividades, tal como elas existem, sem idealizar os diferentes valores e práticas que lhe são concernentes. Não se trata, portanto, de adjetivar esta economia, mas de reconhecer que os atores que a compõem e que a movem são essencialmente populares.

Como entender a racionalidade dessa economia dos setores populares? Um artesão, uma mulher que vende alimentos ou os integrantes de uma associação ou cooperativa estão em pleno mundo do mercado, das trocas e do cálculo econômico, por mais simples e modestos que sejam esses cálculos. Mas, conforme Braudel (1985; 1996), *economia de mercado* e capitalismo não são a mesma coisa. Para o referido autor, o verdadeiro signo do capitalismo residiria numa camada superior da hierarquia do mundo dos negócios. Como indica Wallerstein (1987), Braudel reformula a relação entre mercado e monopólio, atribuindo aos monopólios o papel de elemento-chave do sistema capitalista. O que caracterizaria o jogo superior da economia seria a possibilidade de transitar de um monopólio para outro. Desfrutando do privilégio de poder escolher, o capital volta-se, alternada ou simultaneamente, para os lucros do comércio, da indústria, da especulação financeira, dos empréstimos ao Estado etc.

Por outro lado, a atividade produtiva pressupõe a divisão do trabalho e, portanto, a existência das trocas. Sem o mercado — lugar das trocas de bens que resultam do trabalho — não haveria economia no sentido corrente da palavra, mas uma vida fechada na auto-suficiência. Não há cidades sem divisão do trabalho e sem mercados. Ontem como hoje, portanto, haveria uma economia de mercado, constituída por diferentes modalidades de trabalho responsáveis por um volume significativo de trocas de bens e serviços, sem que assumam uma configuração capitalista inevitável.

Esta matriz de observação contribui para a percepção de atividades econômicas numa

margem extensa e inferior da economia, que usualmente escapam às estatísticas, mas que não são menos relevantes para a população, sobretudo quando se considera a crescente inaptidão da economia capitalista em absorver a força de trabalho através do emprego assalariado.

Esta economia dos setores populares interage com os mercados e atividades econômicas situadas no andar superior da economia, em relação ao qual ocupa uma posição subordinada. Possui, entretanto, uma lógica econômica peculiar, que a distingue da empresa capitalista. O que move a produção capitalista é a maior expansão possível do próprio capital. No caso dos empreendimentos econômicos populares, não existem os pressupostos da acumulação. Em outras palavras, esta economia dos setores populares não acumula capital, mas resulta de um processo mais geral de acumulação capitalista característico de uma economia como a brasileira.

A *eficiência* dessa economia dos setores populares não pode ser aferida pela capacidade de seus integrantes transformarem-se em pequenos ou médios empresários. Diferentemente da empresa capitalista, que desloca trabalhadores e reduz oportunidades de trabalho, a racionalidade econômica dos empreendimentos populares está subordinada às necessidades da “reprodução da vida da unidade familiar” (CORAGGIO, 1998). Ao contrário das empresas que — na busca do lucro, da competitividade e da produtividade — dispensam trabalhadores, os integrantes dos empreendimentos econômicos populares não podem “despedir” os filhos, filhas, cônjuges ou idosos que gravitam no seu entorno.

Para os empreendimentos populares, por exemplo, a perda do emprego de um dos membros da família tende a ser absorvida como um “custo” adicional para o próprio negócio. Ou seja, como a família não pode “dispensar” os seus membros, os recursos que seriam destinados ao empreendimento são redirecionados para as despesas básicas do consumo familiar, mesmo que comprometendo o “capital de giro” ou a “lucratividade” do empreendimento. O que seria um comportamento irracional ou ineficiente, sob a lógica da acumulação do capital, assume um outro significado para os empreendimentos populares. Para estes, as atividades de produção e comercialização de bens e serviços estão voltadas para a reposição cotidiana dos meios de subsistência da unidade familiar. Ou seja, há uma “solidariedade”, que seria irracional do ponto de vista da empresa, mas que tem efetivo sentido do ponto de vista da sustentação da vida do trabalhador e sua família.

Atualmente, esta economia dos setores populares — seja sob a forma do trabalho individual ou familiar, seja através das diferentes modalidades de trabalho associativo — existe apenas de forma dispersa e fragmentada. Em geral, as pessoas que compõem esta economia enfrentam a precariedade do trabalho, da moradia, do consumo, da renda... Uma mudança de qualidade desta economia pressupõe aportes econômicos e sociais que não são reproduzíveis atualmente no seu interior, requerendo ações convergentes e complementares de múltiplos atores e iniciativas nos campos político, econômico, social e tecnológico.

4. OS EMPREENDIMENTOS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

Projetando-se no âmbito de uma prática social transformadora, o tema da economia solidária suscita várias controvérsias e indagações. A começar pelo próprio nome. Existe uma diversidade de denominações para definir, supostamente, o mesmo fenômeno.

Fala-se, por exemplo, em economia solidária, economia popular, economia do trabalho, economia popular e solidária e sócio-economia solidária.

Os termos utilizados tanto refletem o esforço de sistematização e elaboração teórica, como expressam utopias. Como pondera Gaiger (2000), o conceito de economia solidária carrega algo de projeção e de desejo. Ou seja, idealiza-se e prefigura-se o que seria uma economia solidária e, depois, busca-se trabalhar neste sentido. Nestes termos, é possível que o conceito revele o que cada um nele procura, deseja, ou projeta como valores e práticas concernentes a uma economia e sociedade a serem construídas. Trata-se, na verdade, de conceitos em construção, nem sempre ou apenas parcialmente claros ou avocados pelos trabalhadores que, por iniciativa própria, organizam-se em formas de trabalho que antecederam o que, agora, os novos conceitos buscam denominar ou projetar.

Uma primeira informação mais abrangente sobre o “estado da arte” dos empreendimentos da economia solidária foi proporcionada pela pesquisa realizada pela Secretária Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego – SENAES, com a participação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária. Conforme o Termo de Referência do Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (MTE-SENAES, 2004) foram considerados como empreendimentos da economia solidária as organizações que possuam as seguintes características:

- a) organizações coletivas (associações, cooperativas, empresas autogestionárias, grupos de produção, clubes de trocas etc.), suprafamiliares, cujos sócios são trabalhadores urbanos e rurais. Os que trabalham no empreendimento devem ser, na sua quase totalidade, proprietários ou coproprietários, exercendo a gestão coletiva das atividades e da alocação dos seus resultados;
- b) as atividades econômicas devem ser permanentes ou principais, ou seja, a “razão de ser” da organização;
- c) organizações que podem dispor ou não de registro legal, prevalecendo a existência real ou a vida regular da organização.

As primeiras tabulações desta pesquisa permitem delinear as seguintes características dos empreendimentos associativos:

- a) foram identificados quase 15.000 empreendimentos em 2.274 municípios (o que corresponde a 41% do total de municípios do país), envolvendo mais de 1,2 milhão de pessoas (possivelmente estes números são maiores, pois o mapeamento não alcançou todos os municípios em vários estados do país);
- b) o trabalho associativo tem sido majoritariamente decorrente do esforço e dos recursos exclusivos dos próprios trabalhadores. Pode-se supor que a dependência de recursos dos próprios associados ou de doações cerceia o surgimento e o desenvolvimento dos empreendimentos, e compromete as condições necessárias à sustentabilidade dos mesmos. A distância e os percalços entre os passos iniciais para a organização da atividade e a sua entrada em operação, constitui-se numa “travessia no deserto”, onde é plausível supor a existência de iniciativas que sucumbem durante o percurso;
- c) a maior parte dos grupos se estruturou a partir nos anos 1990. As principais razões que motivam a criação dos empreendimentos associativos são a busca de alternativas de

trabalho diante do desemprego, a obtenção de maiores ganhos e de uma fonte complementar de renda;

d) predominam os empreendimentos que atuam na área rural. Os empreendimentos que atuam exclusivamente na área urbana correspondem a 33% do total. Os empreendimentos associativos no meio rural possuem características peculiares em relação aos tipicamente urbanos. Se, por exemplo, uma atividade de agricultores familiares não obtém êxito na comercialização coletiva de seus produtos, eles têm a opção de retornarem à forma tradicional em que se inseriam no mercado, nem que seja vendendo para o atravessador local. No caso dos empreendimentos urbanos, a obtenção de resultados positivos adquire uma urgência bem mais intensa para os associados, sobretudo na situação em que os mesmos não possuem outra fonte de renda;

e) apenas 38% dos empreendimentos conseguem pagar as despesas e ter alguma sobra. Entre os empreendimentos que declararam o ganho dos associados, mais de 50% recebem o equivalente a até meio salário e 26% entre meio e 1 SM. Embora a obtenção de uma fonte complementar de renda apareça como um dos principais motivos para a organização dos empreendimentos, é plausível supor que esta renda seja a complementação de outra igualmente precária;

f) os produtos e serviços dos empreendimentos destinam-se principalmente para o mercado, sobretudo os mercados locais. Apenas 6% produzem exclusivamente para o auto-consumo dos sócios. Como já assinalado, entretanto, os resultados econômicos obtidos são muito frágeis;

g) quase todos os grupos já receberam algum tipo de assessoria, que se concentram, sobretudo, nos aspectos técnicos dos empreendimentos e nos princípios do cooperativismo e do associativismo. Mas os grupos se ressentem, nitidamente, de um maior apoio na elaboração e entendimento coletivo das condições necessárias à viabilidade econômica dos empreendimentos;

h) a maior parte dos empreendimentos (60%) tem alguma relação ou participa de movimentos populares, destacando-se os movimentos comunitários, sindical, de luta pela terra e de agricultores familiares.

Estes dados revelam que os empreendimentos da economia solidária apresentam grandes dificuldades e fragilidades, ainda pouco analisadas. Embora tenha sido identificado um número expressivo de empreendimentos, estes dados sugerem conclusões cautelosas sobre o lugar atualmente ocupado por estes empreendimentos como uma alternativa em larga escala para os mais de 8 milhões de desempregados e 48 milhões de trabalhadores que exercem trabalho precário.

Um grande desafio enfrentado pelas organizações econômicas populares é o desenvolvimento de formas de trabalho que sejam economicamente viáveis e emancipadoras. Os termos desta relação expressam as condições de sustentabilidade destes empreendimentos - entendida não apenas de forma estática, mas dinamicamente. Ou seja, não se trata apenas dos empreendimentos associativos resolverem problemas particulares que estejam enfrentando, mas de ampliarem continuamente o alcance de suas práticas (CORAGGIO, 2006).

Entendida desta forma, a sustentabilidade dos empreendimentos econômicos populares se constrói no cruzamento de diferentes vetores de transformação, externos e internos

aos grupos. O que está em jogo não são ações pontuais e localizadas, mas intervenções públicas que, através do fortalecimento da cidadania, imponham direitos sociais como princípios reguladores da economia. Nestes termos, a sustentabilidade dos empreendimentos associativos não é um problema estritamente econômico nem se equaciona no curto prazo, mas pressupõe ações políticas comprometidas com um processo de transformação social.

Num plano mais imediato, o enfrentamento de muitas das atuais dificuldades das organizações econômicas populares pressupõe um trabalho educativo mais permanente junto às mesmas, voltado para a construção de um conhecimento, por parte dos seus integrantes, sobre as condições necessárias à viabilidade econômica e gestonária destas organizações. Isto requer o desenvolvimento e a amplificação de conhecimentos e práticas adequadas à realidade específica dos empreendimentos da economia solidária, para que se transforme num saber coletivo o que alguns grupos já conseguiram. É evidente que isto implica num esforço em larga escala que permita ir além da ação pontual e localizada, que vem sendo atualmente desenvolvida por algumas instituições de apoio e assessoria.

5. ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA E TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

Até o início da década de 1990, atribuía-se pouca importância política às iniciativas populares que se dedicavam à produção/comercialização de bens e serviços. Pode-se dizer que existia um certo preconceito, como se os grupos populares se maculassem ao entrar em contato com o mercado. Ou, então, eram vistos como uma expressão das ações assistencialistas destinadas a amenizar o aumento da pobreza. É possível que a forma de se olhar para estes grupos tenha sido eclipsada pela relevância conferida à luta sindical, ou pela perspectiva de que somente as mudanças políticas nas relações de poder permitiriam pensar um mundo melhor. Nesta ótica, a responsabilidade pela geração e pela gestão dos investimentos econômicos seria de competência dos empresários e do Estado. Isto está mudando. Ou seja, não é mais plausível supor que as formas e as possibilidades de trabalho sejam ditadas exclusivamente pelos investimentos no “circuito superior da economia”.

A recente expansão do movimento da economia popular solidária contém uma novidade: mesmo que de forma ainda incipiente e não explícita, a percepção dos mercados pelos movimentos sociais como uma realidade simultaneamente econômica e social, contesta a visão liberal do mercado como um regulador sem reguladores, e aponta para a resistência e proposições, desde o interior da economia de mercado, contra a exclusão imposta pela ordem capitalista. São práticas que se vinculam aos mercados e enfrentam temas como trabalho, renda e políticas públicas. Diferentemente do que ocorria até há pouco tempo, estas iniciativas não se encontram mais à margem, mas na confluência de fatos e análises que perpassam os movimentos sociais. É sintomático que a maior parte dos empreendimentos econômicos solidários tenha alguma relação com os movimentos comunitários, sindical, de luta pela terra, de agricultores familiares etc.

Mas, antes de prosseguir, cabe uma indagação: é possível juntar economia com solidariedade? A solidariedade é um vocábulo usualmente desconhecido na linguagem dos economistas. A economia seria o mundo da competição, da concorrência e da guerra de todos contra todos. O comportamento econômico racional seria aquele movido pelo egoísmo, pelo auto-interesse. Um trecho de Adam Smith, freqüentemente citado, reflete esta crença da economia tradicional:

Não é da benevolência do padeiro ou do açougueiro que esperamos o nosso jantar, mas sim da consideração que eles têm pelo seu próprio interesse. Apelamos não à sua humanidade mas ao seu auto-interesse, e nunca lhes falamos das nossas próprias necessidades, mas das vantagens que advirão para eles (SMITH, 1983, p.50)

Sen (1999), ganhador do Prêmio Nobel de Economia, critica o que seria uma interpretação errônea de Smith, observando que comentários desse autor sobre a miséria e o papel das considerações éticas no comportamento humano, contidas em outras partes dos seus escritos, foram relegadas ao esquecimento à medida que a própria consideração da ética caiu em desuso na economia. Amartya Sen lembra ainda que o comportamento humano é regido por uma pluralidade de motivações e não apenas pelo egoísmo ou auto-interesse: “o egoísmo universal como uma realidade pode muito bem ser falso, mas o egoísmo universal como um requisito da racionalidade é patentemente um absurdo” (SEN, 1999, p.32). Amartya Sen aponta essa visão estreita sobre os seres humanos como uma das principais deficiências da teoria econômica contemporânea, um empobrecimento que demonstra o quanto a economia moderna se distanciou da ética.

O culto à competitividade, da mesma forma que as categorias econômicas, não são um produto da natureza, mas trazem a marca da história. A produção, fora do seu contexto histórico, é uma abstração. Na realidade, o que existe são formas concretas de produção que supõem uma determinada combinação de *relações técnicas* e *relações sociais* de produção. Um indivíduo que trabalha a terra para a produção de cana-de-açúcar estabelece determinadas relações técnicas com a terra e com os meios de trabalho. Esta pessoa, entretanto, pode ser um produtor independente, um trabalhador assalariado, um escravo etc. Ou seja, concretamente, um mesmo conteúdo técnico toma diferentes *formas sociais de produção*, que expressam diferentes relações de propriedade dos meios de produção e de apropriação do resultado do trabalho.

Nos empreendimentos associativos, conceitos típicos da economia capitalista como salário e lucro tornam-se inapropriados e perdem o seu significado, pois não expressam as relações sociais de produção que caracterizam aqueles empreendimentos. Numa empresa capitalista é o empresário que decide sobre as técnicas de produção e de gestão que vai utilizar. Ele realiza os investimentos e contrata os trabalhadores. A própria força de trabalho é uma mercadoria, cujo uso o empresário compra em troca de um salário. O lucro pertence ao empresário e as normas de gestão e administração são estabelecidas pela empresa. A avaliação das alternativas e as decisões são tomadas visando o maior lucro.

Em um empreendimento associativo, instalações, máquinas e equipamentos pertencem ao conjunto dos associados. As relações que eles estabelecem entre si são diferentes daquelas existentes numa empresa. Para que a atividade funcione é preciso que cada um dos envolvidos assuma, de comum acordo, compromissos e responsabilidades. São estas regras de convivência estabelecidas pelos próprios associados que determinam a forma e a qualidade da gestão do empreendimento. Os ganhos econômicos constituem-se numa das condições necessárias à sobrevivência dos empreendimentos associativos e são distribuídos ou utilizados conforme as regras definidas pelos seus participantes.

Com o risco de reafirmar o óbvio, convém insistir que não se trata de idealizar os

empreendimentos da economia popular solidária como se fossem regidos por valores e práticas assentados exclusivamente em relações de solidariedade, e que estas se constituiriam na motivação determinante dos seus integrantes para a organização e gestão destes empreendimentos. Os seres humanos não são movidos apenas por necessidades, mas também por desejos. E podem encontrar motivos para a cooperação, mesmo quando buscam o auto-interesse. A suposição restrita e simplificadora de que os empreendimentos da economia popular solidária assentam-se num único princípio motivador e organizador gera a ilusão sedutora de aparentes soluções perfeitas, mas frustrantes, transformando paisagens socialmente vivas e factíveis em miragens.

Não se trata de discutir se a chamada economia solidária, entendida como os empreendimentos associativos, se constitui numa alternativa não capitalista ao desemprego, como afirmam alguns autores. Deve-se admitir, entretanto, que os empreendimentos associativos, hoje denominados de economia solidária, antecedem a qualquer esquema teórico, constituindo-se numa *forma social de produção* que historicamente se desenvolve contestando a organização capitalista do trabalho. Não há razões, portanto, para rejeitar o movimento da economia solidária, como fazem alguns analistas críticos da economia capitalista, sob o argumento de que tratar-se-ia de um simples modismo, usado para amortecer esperanças impossíveis de serem satisfeitas pelo mercado capitalista de trabalho.

Em termos de perspectivas, é cedo ainda para dizer qual a trajetória e o espaço que esta forma social de produção poderá alcançar, num processo de transformação de uma sociedade como a brasileira, face às mudanças centrais do capitalismo nestes tempos que correm. Mas talvez seja possível afirmar que, num país como o Brasil, onde um grande contingente de trabalhadores sempre esteve fora do emprego assalariado regular, a expansão consistente dos empreendimentos da economia popular solidária pode somar-se ao processo mais amplo de transformação do trabalho: do estatuto de carência para o estatuto político de produtor e produto da cidadania. Representaria, portanto, um passo e uma forma de caminhar, ao lado de outros, no itinerário pela desmercantilização da força de trabalho. É no âmbito desse processo maior que é mais plausível antever as potencialidades emancipadoras dos empreendimentos associativos e as expectativas em relação à economia popular solidária, não como algo que expresse um novo ponto de chegada ou que se revele como o novo demiurgo que recria e remodela a sociedade, mas convergindo com outras iniciativas, antigas e novas, suscitadas pela vivência de práticas sociais transformadoras.

Entretanto, toda cautela é pouca quando se busca perscrutar os caminhos que se interpõem ao que se convencionou denominar de economia solidária, posto que não é incompatível à lógica do discurso conservador adocicar, re-traduzir e inverter os atributos que tal conceito busca expressar transformando-os numa miragem. Por estes desígnios, e em poucas palavras, ao capital caberiam os recursos públicos e, aos pobres... a solidariedade. E dessa forma, como num passe de mágica, seríamos todos “solidários”, sem conflitos e tensões sociais e, se Deus quisesse, até mesmo sem classes sociais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARRIGHI, G. *O Longo Século XX*, Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo, Unesp; 1996
 ASSMANN, H. e SUNG, J.M. *Competência e sensibilidade solidária. Educar para a esperança*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000

- BRAUDEL, F. *Os Jogos das trocas*. Lisboa;Rio de Janeiro: Cosmos, 1985.
- _____. *O tempo do mundo*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- CORAGGIO, J. *Economia urbana. La perspectiva popular*. Quito: ILDES. FLACSO, 1998.
- _____. Da economia dos setores populares à economia do trabalho. In: KRAYCHETE, G. (Org.). *Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia*. Petrópolis: Vozes; Rio de Janeiro: Capina; Salvador: CESE: UCSAL, 2000.
- _____. *Sobre la sostenibilidad de los emprendimientos mercantiles de la economía social y solidaria*. Disponível em < <http://www.coraggioeconomia.org>>. Acesso em: 20/05/2006
- FOLADORI, G. *Limites do desenvolvimento sustentável*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, São Paulo: Imprensa Oficial, 2001.
- GAIGER, L. Sentidos e possibilidades da economia solidária hoje. In: KRAYCHETE, G. (Org.). *Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia*. Petrópolis: Vozes; Rio de Janeiro: Capina; Salvador: CESE: UCSAL, 2000.
- GOOTTSCHAL, C. e KRAYCHETE, G. Empreendimentos solidários na Região Metropolitana de Salvador e Litoral Norte da Bahia. *Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. Série estudos e Pesquisas*, n 69, 2004
- IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - 2004. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em 20/05/2006
- KRAYCHETE, G. (Org.). *Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia*. Petrópolis: Vozes; Rio de Janeiro: Capina; Salvador: CESE: UCSAL, 2000.
- SANTOS, M. *Pobreza urbana*. São Paulo, Paulo, Recife: Hucitec, 1978.
- _____. *O Espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.
- SEN, A. *Sobre ética e economia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- _____. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- SINGER, P. Economia solidária: um modo de produção e distribuição. In: SINGER, P.; SOUZA, A. (Orgs.). *A economia solidária no Brasil. A autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2000.
- SMITH, A. *A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- WALLERSTEIN, I. O capitalismo, inimigo do Estado? In: PAQUET, M. (Org.). *Fernand Braudel e a história*. Lisboa: Teorema, 1987.

* Gabriel Kraychete é professor titular da Universidade Católica do Salvador (UCSal), pesquisador do Núcleo de Estudos do Trabalho (NET-UCSAL) e consultor da CAPINA - Cooperação e Apoio a Projetos de Inspiração Alternativa. [gabrielkr@uol.com.br]